

Opinião

Angola – um país de referência na África Austral

Luís Todo Bom*

*Consultor e administrador de empresas em Angola e Portugal Partner da NTT

Angola é já um país de referência inquestionável na África Austral. A influência política, diplomática e militar de Angola naquela área do globo é indiscutível.

Mas Angola tem a ambição, legítima, de aumentar gradualmente a sua afirmação, disputando a liderança com a África do Sul.

No limite, em um prazo aceitável, vir a fazer parte dos BRICS, ou seja, integrar a lista de países com maior crescimento económico.

O grande desafio que se coloca é, pois, no domínio da economia.

De acordo com os últimos dados do Banco Mundial, Angola, com uma população da ordem dos 28 milhões de habitantes e um PIB per capita de 3.400 USD, compara com uma África do Sul, com cerca de 56 milhões de habitantes e um PIB per capita de 5.400 USD.

Há, pois, um longo caminho a percorrer.

O crescimento sustentado de um país, independentemente dos recursos naturais de que disponha, exige a adopção de um conjunto de princípios, nomeadamente, uma visão estratégica clara, uma grande disciplina, sem desvios das prioridades estabelecidas, e um enquadramento macroeconómico equilibrado que permita o estabelecimento de relações económicas saudáveis com os restantes países e com as fontes de financiamento internacionais.

A alteração do paradigma de país importador de alimentos para país exportador vai obrigar a uma alteração profunda da organização dos circuitos comerciais.

Neste modelo, de economia aberta, importa ainda estabelecer as áreas de actuação preferencial dos investidores locais e as áreas onde o investimento estrangeiro constitui uma alavanca essencial para o desenvolvimento do país.

Em termos nacionais, a grande prioridade actual reside claramente no desenvolvimento do sector agro-pecuário, tornando Angola, num prazo curto, inferior a cinco anos, num país não só autossuficiente em termos alimentares, mas também exportador de produtos agrícolas, pecuária e agro-indústria.

Como afirmou o Governador do Banco Nacional de Angola no último Fórum Banca, Angola não pode continuar a afectar mais de três mil milhões USD por ano para a importação de alimentos.

O desenvolvimento do sector agro-pecuário e agro-industrial exige, para além da criação de grandes, médias e pequenas unidades agrícolas e pecuárias, uma rede logística e de distribuição com centros de recolha e de tratamento dos produtos, para os fazer chegar, nas melhores condições, aos mercados de consumo.

A alteração do paradigma de país importador de alimentos para país exportador vai obrigar a uma alteração profunda da organização dos circuitos comerciais.

O desenvolvimento da agro-indústria deve vir imediatamente a seguir, com uma componente exportadora desde o início.

Além, a diversificação industrial, ao nível da chamada indústria ligeira, deve iniciar-se por este sector, onde o País detém vantagens competitivas claras.

Resolvida a situação da autossuficiência alimentar, o País pode iniciar o desenvolvimento de um ambicioso programa de turismo internacional, beneficiando das magníficas condições naturais – praias, paisagens, gastronomia, pesca, caça, safaris... de que Angola dispõe.

Não é possível desenvolver um programa de turismo que crie valor para o País, se este tiver que importar toda a alimentação que o turista consome. No limite, poderíamos vir a assistir a uma balança de divisas desfavorável, o que é um absurdo em termos económicos.

Os grandes projectos industriais – celulose, siderurgia, petroquímica... – só são passíveis de desenvolvimento com intervenção de investimento estrangeiro.

Não só por razões de dimensão financeira destes investimentos, mas sobretudo pela sua sofisticação tecnológica e de resposta às exigências dos mercados receptores.

A atracção de investimento estrangeiro exige confiança dos investidores internacionais no País, o que se obtém através de regras claras e consistentes.

Neste domínio, as negociações actuais do Governo com o FMI são uma boa notícia.

O FMI, para além de poder aportar financiamentos directos da ordem dos 4 a 5 mil milhões USD, pode induzir investimentos e financiamentos indirectos da mesma ordem de grandeza, pela confiança que garantem aos investidores e fundos de investimento estrangeiros.

O FMI pode, ainda, ajudar o Governo a preparar uma nova reforma fiscal e um programa de saneamento e de robustecimento do sistema financeiro angolano, que reforce a confiança dos mercados internacionais.

Um sistema fiscal justo é um instrumento de equilíbrio social fundamental, e um sistema financeiro sadio, é fundamental para suportar o crescimento económico das operações locais.

O programa de desenvolvimento das infra-estruturas económicas – estradas, portos, transportes, energia e telecomunicações – deve estar subordinado ao programa de desenvolvimento das unidades produtivas, ou seja, deve seguir as prioridades estratégicas estabelecidas.

O processo de privatizações anunciado para um conjunto de unidades, industriais e de serviços, também é uma boa notícia.

Sou um grande defensor das alianças estratégicas entre empresários nacionais e estrangeiros.

Este conjunto de privatizações pode, assim, constituir uma oportunidade para a atracção de investimento estrangeiro e a afirmação de um empresário nacional, que, em parceria, possam desenvolver estes vários sectores de actividade.

A afirmação crescente de Angola na África Austral, respondendo aos anseios das suas elites, vai exigir níveis de crescimento económico anuais da ordem dos 10%.

E só estes níveis de crescimento é que permitirão acomodar as necessidades crescentes de emprego da sua população jovem.

É um desafio enorme.

Mas Angola tem tudo para o poder vencer.

Um povo sereno, afável e tranquilo, enormes recursos naturais em todas as áreas economicamente relevantes, água e terrenos férteis, paz em todo o território, uma língua comum, uma democracia estabelecida e uma vontade enorme de fazer a diferença.

A concretização deste sonho vai depender, exclusivamente, da vontade e empenho das elites angolanas.

*Secretário de Estado da Indústria e Energia do X Governo Constitucional português. Foi presidente da Portugal Telecom, vice-presidente da Marconi, presidente do Fundo de Turismo e vice-presidente Executivo da AIPortucnsIntec. Consultor internacional e administrador de empresas. É Partner da NTT Consulting. M

